

REVISTA

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO & CIDADANIA

VOL. V | N° 61 - DEZEMBRO 2025



A IMAGINAÇÃO DA CIVILIZAÇÃO

EDITORIAL

A Revista Conhecimento & Cidadania foi criada por uma família e amigos com o propósito de levar compreensão dos acontecimentos atuais e históricos ao maior número de pessoas possíveis. E exatamente por isso ela é totalmente gratuita e digital.



Leandro Costa - Editor-Chefe
Munique Costa - Designer de capa
Pedro Costa - Editor Auxiliar

Produção e Designer

Leandro Costa
Munique Costa

Redação

Leandro Costa
Munique Costa
Pedro Costa

Colunistas

Danielly Jesus
Edson Araujo
Juliette Oliveira
Leandro Costa
Mauricio Motta

Leandro Costa

EDITOR-CHEFE

Servidor público,
professor de Direito,
idealizador do projeto
Direito nas Escolas, autor
do livro: Direito nas Escolas
e Diretor na Associação
Brasileira de Juristas
Conservadores.

www.leandroconservadorj.com

O conteúdo desta edição foi produzido por voluntários que autorizaram a publicação de seus trabalhos, não sendo remunerados, sendo-lhes garantida a menção de autoria.

www.revistaconhecimentoecidadania.com

[Vaquejinha online](#)

Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania

revistaconhecimentocidadania@gmail.com

[@revistaconhecimentocidadania](#)

[@revistaconhecimentocidadania](#)

[@RevConhecimento](#)

[@conhecimentocidadania](#)

Revista Conhecimento & Cidadania

Vol. V - N° 61

Dezembro de 2025

Rio de Janeiro - RJ

Menezes Costa

CNPJ 28.814.886/0001-26

ISSN 2764-3867

COLUNISTAS

LEANDRO COSTA

Servidor público, advogado impedido, professor de Direito, Diretor Acadêmico do projeto Direito nas Escolas e editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania..

DANIELLY JESUS

Jornalista (DRT), YouTuber, podcaster (Cafe com Dani no Spotify), escrevo para os sites Mundo Conservador e PHVox, sou radialista na web rádio Atroz FM.

MAURICIO MOTTA

Professor licenciado em História Pós-graduado em História do Brasil.

JULIETTE OLIVEIRA

Teóloga, filósofa e engenheira

EDSON ARAUJO

Palestrante, estudante de filosofia e teologia.

Financiamento coletivo

Precisamos de você, leitor

Nosso esforço central é despertar as pessoas, com textos que estimulam a reflexão, aguçam a vontade de adquirir mais conhecimento e naturalmente enxergar a verdade.

Um mundo melhor é o que queremos, mas para que isso aconteça precisamos despertar, fazer a nossa parte, assim buscamos resgatar a cidadania através de conteúdo.

Sua doação permitirá:

- Manter a plataforma do site;
- Manter a revista digital gratuita;
- Edições de vídeos mais profissionais;

[Clique aqui](#) e faça sua doação e também ajude compartilhando o link: <https://www.vakinha.com.br/4961006>.

Caso não queira se cadastrar na plataforma da Vakinha online, doe qualquer valor para a Chave PIX: **28.814.886/0001-26**.

Agradecemos seu apoio,

Editorial

Nota do editor

Chegamos ao fim do ano de dois mil e vinte e cinco da era cristã, a humanidade enfrenta os desafios da modernidade e os males que não aprendeu a superar, em meio aos avanços totalitários que nos remetem ao início do século passado e uma onda de dissonância cognitiva denominada progressismo, os poucos que ousam erguer suas cabeças em busca da verdade se tornaram alvos de tiranos capazes de subverter quaisquer regras para impor suas vontades.

As trevas parecem cobrir o mundo, contudo, sabemos que é em meio à escuridão que os pequenos pontos de luz se tornam mais perceptíveis e nos momentos de caos e penúria que surgem aqueles dispostos a lutar por um mundo melhor, desembainhando suas espadas, os heróis de ontem, hoje e amanhã sempre estarão dispostos a se arriscarem pela verdade e a justiça.

No Brasil e no mundo, muitos se levantam enquanto o mal devora as almas dos mais frágeis e tolos, e cada um deles tem valor ímpar nesta guerra assimétrica contra a tirania. Gostaríamos de agradecer a todos que ainda acreditam que a verdade prevalecerá e que a justiça é um valor maior que um mero conjunto de burocratas que toma decisões ao seu bel prazer, mas não teríamos páginas o suficiente para prestar as devidas homenagens, portanto, limitar-nos-emos a citar aqueles que colaborara diretamente com nossas publicações, que, em nome de todos os demais artífices da verdade e da liberdade, serão aqui mencionados.

A [Revista Conhecimento & Cidadania](#), que nasceu em dezembro do ano de dois mil e vinte e um, comemora seus quatro anos e dá início ao seu quinto volume consciente de ter apresentado reflexões e análises aos leitores, ao passo que criava um verdadeiro arcabouço de ideias em seu acervo.

Aos que nos prestigiam lendo e ajudando a divulgar nossos artigos, nossos mais sinceros agradecimentos, posto que, não haveria esperança sem almas dispostas a absorver aquilo que estamos dispostos a entregar, portanto, são vocês os verdadeiros responsáveis por nossa existência.

Aos nossos colaboradores voluntários, a alma da Revista Conhecimento & Cidadania, indivíduos dispostos a doar aquilo que nos é mais caro, sabedoria, a todos. Vocês são os soldados dos quais qualquer um teria orgulho de ombrear em uma batalha, pois nunca fraquejaram, nunca olharam para si, sempre prontos a enfrentar cada nova barreira e dar um passo adiante.

Não foi o acaso que uniu os articulistas da Revista Conhecimento & Cidadania, mas o fato de todos estarem imbuídos de um dever comum, o de trazer a luz aos que estão na caverna e convidar aos que enxergam além das trevas a enfrentar o perigo para resgatar as almas de nossos irmãos em Cristo.

Agradecemos a Deus, pois nada sem sua permissão é possível e toda inspiração vem de sua nascente, que sua benção alcance toda a humanidade e que sua luz nos guia para suportar o mal.

Em nome da Revista Conhecimento & Cidadania parabenizamos todos os guerreiros que lutam pela liberdade e pela verdade em todo o mundo, na pessoa daqueles que fizeram de nossa humilde Revista, motivo de orgulho.

Aos nossos amigos:

Agripino Alexandre dos Santos Filho

Alexandre Meinberg Ceroy

Alexandre Mussoi Moreira

Dahiana Moraes

Danielly Jesus

Edson Araujo

Emmanuel Duarte

Erika Figueiredo

Hélio Lima

Juliette Oliveira

Maria Cecília Carnaúba

Marlon da Costa

Mauricio Motta

Munique Costa

Neto Curvina

Patrício Eduardo Dias

Pedro Costa

Públio Caio Bessa Cyrino

Ruben Rodriguez

Sara Mendes

Obrigado por tudo que fizeram até aqui e que Deus abençoe a nossa jornada!

Leandro dos Santos Costa

Editor-chefe da Revista Conhecimento & Cidadania

Leandro Costa

A imaginação da civilização



No clássico filme *Tubarão*, o xerife de uma pequena cidade costeira, que dependia do turismo como fonte de renda, arrisca sua carreira ao desafiar o prefeito local e a própria vida ao se lançar ao mar em busca de uma criatura fascinantemente perigosa. Lutando conta a ambição política ao passo que tenta capturar um dos mais temidos predadores existentes, mas seu dever para com aqueles que, eventualmente, encontrariam a morte nas presas da fera marinha o motivou a assumir todos os riscos e tentar destruí-la.

O filme trata de um conflito homem versus fera, mas tal conflito poderia ser suprimido se o xerife ignorasse o risco e aceitasse que algumas vidas perdidas poderiam ser suportadas em nome do sucesso do evento que trazia turistas, e com eles lucro, à sua cidade. Todavia, não haveria qualquer o valor moral em um homem que vendo o mal, no caso do filme representado pelo predador, espreitar seus semelhantes e simplesmente se omitisse para se manter em uma posição confortável. O protagonista da trama vai além, pois não se limita a enfrentar a autoridade política, mas coloca sua vida em risco para abater o temível tubarão, evidenciando seu heroísmo.

A inspiração da clássica obra de ficção nos aponta para o fato de que um herói é, sobretudo, aquele que se dispõe a enfrentar o mal, ainda que seja muito mais forte, como um tubarão é para o homem, por seu dever de salvar aqueles que, por justiça, não merecem um destino trágico que pode ser evitado, ainda que tal ação custe-lhe a vida.

Leandro Costa

Quando Frodo Bolseiro deixa o conforto do Condado, em *O Senhor dos Anéis*, A Sociedade do Anel, sua motivação é atender a súplica do mago Gandalf para que leve o objeto maligno ao reino élfico de Valfenda, mas o que realmente move o pequeno hobbit é a noção, em um primeiro momento pouco evidente, que os demais habitantes do Condado pagariam um preço muito alto quando as hordas de Mordor cruzassem as fronteiras daquele pacífico lugar. Frodo sabia que seus pares, simplórios e gentis, não mereciam o nefasto destino de confrontar as lâminas dos nasguls e seus seguidores, por isso, seguiu as orientações do velho mago e seguiu em sua perigosa empreitada.

Em Valfenda, ao perceber que portar o maligno anel até as terras do inimigo seria uma missão da qual poderia não voltar, o jovem pequenino reflete sobre a necessidade de combater o mal e acaba por se voluntariar a cumprir tão árdua missão, encorajando seu amigo, primos e outros heróis a o acompanharem, mesmo sabendo que se tratava de uma jornada à terras malignas e que provavelmente não sobreviveriam, formando assim a Sociedade do Anel.

Há um ponto em que Frodo decide continuar, apesar de sua ter experimentado provações extremas, perdendo o membro mais celebre da sociedade, o mago Gandalf nas entradas de Mória, é quando Galadriel, a feiticeira e rainha élfica, lhe dá a oportunidade de espiar um possível futuro e a hipótese exposta a Frodo é um futuro no qual as hordas do Senhor de Mordor finalmente chegam ao seu amado Condado. Naquele momento, o jovem hobbit percebe que sua jornada não é apenas sobre si, mas uma luta por aqueles com quem se importa.

No clássico da literatura *Senhor dos Anéis*, que posteriormente se estabeleceu nos cinemas, bem como no filme *Tubarão*, os protagonistas enfrentam criaturas perigosas com as quais não podem negociar, mas, em razão da defesa de inocentes, estão dispostos a entregarem suas vidas para derrotá-las. Entretanto, há outras obras icônicas que apresentam protagonistas cuja jornada se dá em razão de outro motivador, como na *Odisseia* de Homero, na qual o protagonista, após a vitória dos reinos da Grécia sobre Tróia, acaba desafiando o deus dos mares e se vê passando por tormentas imposta pela referida divindade.

Ulisses, ou Odisseu, não busca a salvação de seus pares ou da humanidade, tampouco destruir uma fera indomável para proteger os inocentes, sua jornada tem como objeto central voltar à Ítaca, seu reino, e para o seio de sua família, em especial, sua amada esposa Penélope. A força que move o protagonista o impede de desistir mesmo diante de bestas mitológicas como Cila e Caríbdis, e ainda, resistir aos encantos da feiticeira Circe.

A dramaturgia, desde a antiguidade, se presta ao fortalecimento da cultura de um povo ou civilização como um todo, retratando de forma lúdica ou sugerindo hipóteses que poderiam ser experimentadas, seja como promoção de uma ideia ou alerta para um risco. É evidente que a ficção pode

Leandro Costa

tratar de temas reais sem que para tal seja um documentário ou obra baseada ou inspirada em uma história real, posto que, um autor poderia criar uma narrativa sem relação direta com a realidade, mas que transmite valores aplicáveis, podendo trazer uma reflexão, uma promoção ou um alerta.

Documentários, em regra, tentam representar a realidade como ocorreu, podendo ser enviesados conforme o ímpeto de seus produtores, todavia, ao lançar mão de uma produção que se apresenta de tal forma, será necessário observar três fatores, posto que, um documentário depende de uma pesquisa que possa embasar sua narrativa, poderá ser confrontado e seus produtores devem gozar de certa credibilidade. Não são raros os documentários desmentidos por encobrirem, distorcerem ou ignorarem estudos e relatos acerca de determinado tema, como podemos citar a tentativa do Canal Nostalgia, no YouTube, de documentar a Guerra da Coréia, desmontado pelo [Historiador Tiago Braga](#).

A falta de confiabilidade em relação aos responsáveis por produções de tal natureza também colocará em dúvida o teor da obra, pois não seria lógico acreditar em um documentário político elaborado pela BBC depois do escândalo recente no que tange a divulgação distorcida de falas do Presidente dos Estados Unidos da América Donald Trump.

A ficção, por outro lado, pode discutir um tema com maior liberdade, haja vista que, o autor não se verifica aprisionado aos fatos, podendo propor ou hipótese ou advertir sobre temores que guarda em seu íntimo, externalizando tais premissas em situações que não dependem de confirmação, logo, suas divagações não estão sujeitas ao escrutínio da realidade, fazendo-se necessária a quebra de um limite para a aceitação da obra por parte de seu destinatário, a chamada suspensão da descrença.

Quando se trata de uma obra baseada em fatos reais, o autor pode se permitir alterar pontos não determinantes da trama para que sua narrativa fique mais agradável ou de melhor compreensão e, no caso da inspiração em fatos reais, tal liberdade torna-se ainda maior.

Na ficção sem correlação direta com a realidade, o autor pode avançar e instigar o receptor para que haja maior suspensão da descrença, se permitindo trazer hipóteses as quais não seriam assimiladas em se tratando da realidade. Não por acaso, George Orwell nos levou a imaginar uma fazenda sob a administração de animais que, após uma verdadeira Revolução dos Bichos, assumiram o controle e estabeleceram um regime que transformou a Fazenda dos Animais em uma verdadeira ditadura. Os porcos, que representavam a elite revolucionária, controlavam os demais animais e estabeleceram regras das quais eles mesmos não estavam sujeitos.

O conto de Orwell poderia ser um documentário sobre qualquer país comunista, mas a forma lúdica como o autor introduziu os animais e os organizou em sociedade fez com que a imaginação do leitor pudesse alçar patamares mais elevados, trazendo um alerta e propondo uma bela reflexão sobre um

Leandro Costa

tema sem se direcionar a pessoas específicas, pois trazia comportamentos humanos transplantados para aquelas criaturas, como o mal que se apresentou na forma de um tubarão ou do Senhor de Mordor.

A literatura nos trouxe hipóteses para reflexão que ajudaram a fortalecer valores que já nos eram caros, além de nos permitir ver o mundo por prismas que jamais poderíamos experimentar, transportando-nos para lugares e situações, para que pudéssemos avaliar riscos, sentir emoções e fazer julgamentos de algo não vivido na realidade, mas em nossas imaginações. O apego às tramas e personagens surge da capacidade humana de identificar outrem, gerando empatia, tão somente pelas narrativas que o cercam, ainda que não exista contato real.

Algumas histórias se tornam parte integrante de uma sociedade ajudando a ligar até mesmo povos, a Odisseia é um grande exemplo, pois sua influência pode ser sentida em toda a civilização ocidental e quiçá mundial, assim como os contos de Beowulf e dos Cavaleiros da Távola Redonda foram fundamentais para a consolidação da sociedade inglesa, que se fortaleceu com obras como as de Willian Shakespeare, John Ronald Reuel Tolkien (em que pese sua origem sul-africana) e, na contemporaneidade, Joanne Rowling.

O Brasil também teve figuras memoráveis, mas não os enumeraremos por dois simples motivos, deixar de mencionar algum, o que seria enorme injustiça, ou pior, pela constatação de que a literatura da nossa sociedade aparenta certa vacância de estrelas, nos levando a triste constatação de que o cenário cultural brasileiro submerge gradualmente, em que pese, sempre haverá esperança de que surgirão figuras aptas a resgatar tão degradado espaço.

Na formação do imaginário de um povo a dramaturgia sempre esteve presente, de contos passados por gerações de forma não escrita à cultura pop, a mitologia, e não nos restringimos ao divino, faz parte da vivência de um indivíduo, de uma sociedade e até mesmo uma civilização. Figuras como Dante, da obra o Inferno de Dante, que não viajou de fato pelo submundo, tornaram-se tão influentes que são quase confundidos com figuras históricas reais.

Se a Santa Joana D'Arc, os imperadores Marco Aurélio, Júlio César e Constantino, os navegantes Cristóvão Colombo, Vasco da Gama e Pedro Alvares Cabral, déspotas como Adolf Hitler, Joseph Stalin, Mao Tsé-Tung, marcaram a história como personalidades reais, não há como descartar a participação de personagens fictícios como Ulisses, Jasão, Robbin Hood, Dom Quixote, Hamlet, Raskólnikov, Sherlock Homes, Frodo Bolseiro e, no cenário atual, Bruce Wayne, Peter Parker e Anakin Skywalker, como figuras tão proeminentes que são comumente citados como pessoas, reais ou não, as quase todos que os conhecem por razões culturais, em que pese os três últimos personagens fictícios, da contemporaneidade, sejam mais conhecidos por seus alter egos, respectivamente, Batman, Homen-aranha e Darth Vader.

Leandro Costa

As obras que se tornaram parte da cultura ora se confundem com a história de um determinado povo, pois sua narrativa está tão intimamente ligada ao imaginário popular que, por vezes, os menos atentos acreditam se tratarem de ocorrências reais e que seus personagens, de fato, existiam, restando evidente um fator que pode explicar o apego ao imaginário, justificando o motivo de fãs de determinada obra ou figura fictícia se incomodarem sobremaneira quando as veem vilipendiadas.

Por mais que o Rei Arthur não tenha sua existência confirmada, não há como negar que um inglês genuíno se sentiria incomodado com a destruição de traços fundamentais de tão icônica figura, o mesmo valeria para Héracles e tantos outros, portanto, tal pensamento aplicar-se-ia aos símbolos da cultura contemporânea, de forma que, resta evidente a irritação por uma parte dos admiradores de tais personagens, algo que, longe de ser um devaneio diz muito sobre a preservação da identidade cultural, ou seja, um jovem que manifesta insatisfação ao ver seu super-herói favorito ser vilipendiado, não é um imaturo buscando uma causa, mas alguém que sabe que aquele personagem, ainda que ficto, serve como parte da formação cultural da sociedade que conhecerá e perceberá que a degradação de qualquer fração seve a intenta de corroer o todo.

Ao se apropriarem das figuras cultuadas no cenário pop, os revolucionários pretendem moldar, artificialmente, as futuras gerações, influenciando-as para que tenham exemplos adequados a sua doentia ideologia, algo que os fez deformar personagens para que se dobrasse às suas pautas, subvertendo valores antes indispensáveis, movimento que gerou uma reação em sentido contrário, posto que, aos que viram seus mitos sendo vilipendiados restou anunciar a revolta, pedir por mudança e, em último caso, se insurgir contra a tomada do espaço pelos asseclas dos líderes revolucionários.

Ainda é preciso discorrer sobre os métodos de ocupação de espaços, uma vez que, os revolucionários assumiram tal compromisso de tal forma que admitiram até perdas consideráveis para promover sua ideologia e por qual motivo não criaram suas próprias tramas e personagens, bem como, se há meio para impedir o avanço e, principalmente, disputar o espaço cultural no qual o chamado progressismo tornara-se quase hegemônico.

Por fim, serve-nos de alento o fato de que a natureza revolucionária, em razão de sua visão relativista, é desconectada da realidade e desprovida de valores morais, portanto, suas obras mais incisivas, ou seja, as que propagam sua ideologia de forma mais acentuada, são incompatíveis com o senso comum e sofrem a rejeição natural do destinatário.

Basta imaginar uma história na qual o bilionário Bruce Wayne se torna um vilão apenas por ser rico, que Clark Kent não se importe com seu lado humano em conflito com seu dever de combater o mal e que Jotaro Kujo deixasse sua mãe morrer doente por não considerar que valeria se sacrificar em uma jornada suicida contra um inimigo extremamente poderoso só para salvá-la e teríamos narrativas

Leandro Costa

desastrosas em que protagonistas estariam mais preocupadas em dar lições de moral vazias em detrimento de seu dever.

Os valores doentios dos revolucionários os levam a mentir, negando que impõem sua nefasta agenda às produções culturais por saberem o quanto torpe é sua ação, entretanto, são incapazes de esconder que não aceitam que haja resistência no campo da dramaturgia. Exigindo que qualquer produção de cunho diverso de sua ideologia seja atacada e até mesmo impedida de ser realizada, como fizeram com o filme *O Som da Liberdade*, com documentário da Brasil Paralelo e, atualmente, com o filme *Dark Horse*.

Não há como negar a importância da chamada guerra cultural para o espectro revolucionário, tanto que criaram um séquito próprio para atuar em tal front, grupo que se autodenominou Woke, que em inglês significa desperto, sugerindo que tais indivíduos estavam acordados para uma realidade mais profunda ou tinha uma visão mais apurada que o público em geral, nada além de uma reedição do termo iluminismo, cujos artífices alegavam portar uma luz capaz de guiar a humanidade, entretanto, trouxeram a destruição em forma de guilhotina.

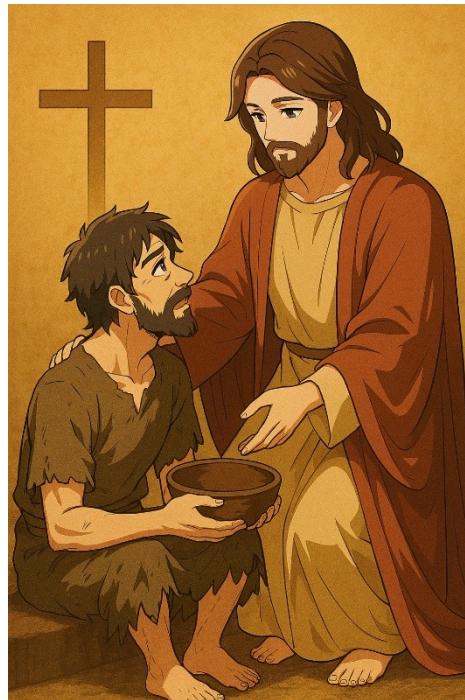
O ativismo woke, que de desperto não tem nada, pois é composto por indivíduos que buscam destaque se amoldando em figuras perturbadas e bizarras que pretendem cativar atenção por serem dissonantes do geral, mas seguem padrões criados por seus próprios membros ao passo que lutam para compreenderem sua ilusão de mundo volátil que acreditam permitir o querer sobrepujar a verdade, avançando suas pautas autofágicas e se afundando cada vez mais na lama de esquizofrenia social, cultural e jurídica, para tentar obter uma vantagem e impor suas vontades cada vez mais delirantes.

A guerra dos ativistas woke, assim com de todos os revolucionários, não é contra os reacionários, mas, antes de tudo, contra a realidade.

Leia o artigo: [Doce veneno](#)



Juliette Oliveira

A Preferência pelos Pobres**Entre o Evangelho, o Magistério e as Máscaras do Nosso Tempo****Quando uma verdade vira slogan**

“A Igreja sempre teve preferência pelos pobres.”

A frase, repetida à exaustão em discursos religiosos, redes sociais e campanhas pastorais, tornou-se quase um mantra. Em muitos ambientes, funciona como selo de autenticidade moral, como se bastasse pronunciá-la para que a instituição — ou o indivíduo — fosse automaticamente identificado com o Evangelho.

Mas slogans, quando repetidos sem profundidade, perdem a força. Tornam-se ferramentas de autopromoção, não de conversão. E é justamente nesse ponto que a reflexão se torna urgente: quando a frase deixa de apontar para Cristo e passa a apontar para quem a pronuncia, algo se rompe.

Este artigo revisita o sentido original da “preferência pelos pobres”, confronta suas distorções contemporâneas e recoloca o tema no terreno onde ele nasceu: o Evangelho.

A raiz evangélica da opção pelos pobres

A opção pelos pobres não é invenção moderna. Ela nasce da própria vida de Jesus: um homem que veio ao mundo em Belém, cresceu em Nazaré — uma vila periférica — e viveu em uma família humilde.

Juliette Oliveira

José era carpinteiro, profissão digna, mas simples. A oferta feita no templo após o nascimento de Jesus foi de duas rolinhas, a oferta dos pobres segundo a Lei.

A proximidade de Jesus com os pobres não foi estratégia, mas consequência natural de sua encarnação. Ele tocou os excluídos, curou os doentes, acolheu os marginalizados e proclamou benventurados os pobres.

Mas é preciso dizer com clareza: preferência pelos pobres não significa preferir a pobreza.

O Evangelho não romantiza a miséria. Abraçar o pobre não é abraçar a pobreza. Quem ama de verdade deseja que o outro cresça, prospere, tenha dignidade. A opção pelos pobres é libertadora, não fatalista. Ela não mantém ninguém na escassez; ao contrário, busca superá-la.

Quando a preferência vira palco e máscara

A vitrine da bondade

Há um fenômeno crescente no ambiente religioso: pessoas que usam os pobres como vitrine moral. É o discurso do “olhem como sou bom, escolho os pobres”, enquanto a vida cotidiana é marcada por autopromoção, vaidade espiritual e necessidade constante de aparecer.

A caridade vira conteúdo.

O pobre vira cenário.

A causa vira maquiagem.

Em vez de conversão, performance.

Em vez de testemunho, marketing.

E, muitas vezes, essa encenação serve para esconder um passado que a pessoa não quer enfrentar. O pobre vira biombo moral, como se a proximidade com ele apagasse automaticamente erros, vícios ou incoerências.

A militância travestida de pastoral

Outro desvio frequente é transformar o altar em palanque.

O ambão vira tribuna.

A homilia vira comício.

A liturgia vira espaço de disputa ideológica.

Juliette Oliveira

Não se trata de negar que a fé tenha implicações sociais — ela tem, e profundas. Mas há diferença entre anunciar o Evangelho e instrumentalizá-lo. Entre formar consciências e manipular emoções. Entre denunciar injustiças e promover partidos.

Quando a “preferência pelos pobres” é usada como senha ideológica, ela deixa de ser evangélica e passa a ser partidária.

A hipocrisia que corrói por dentro

A hipocrisia sacerdotal não está na fragilidade humana — todos somos frágeis —, mas no uso do Evangelho como máscara. Ela aparece quando:

- se prega simplicidade, mas se vive com privilégios
- se condena a ganância alheia, mas se busca prestígio
- se fala de justiça, mas se pratica abuso de poder
- se denuncia estruturas externas, mas se ignora as internas
- se usa o pobre como escudo para não encarar a própria história

Quando isso acontece, a frase “preferência pelos pobres” deixa de ser verdade e se torna caricatura.

Fé e política: inseparáveis na pessoa, distintas nos lugares

A palavra “política” vem de polis, que significa “cidade”.

A polis era o espaço da vida pública, onde os cidadãos decidiam juntos o destino comum.

Ser político, portanto, não é ser partidário.

É participar da vida da cidade, da sociedade, do bem comum.

Todo ser humano é político.

Toda escolha — ou omissão — tem impacto social.

Mas há uma distinção essencial:

- na liturgia, o ministro fala em nome da Igreja
- na sociedade, ele fala como cidadão

Misturar os dois é trair ambos.

Jesus, os pobres e os ricos: uma relação sem maniqueísmos

Jesus nasceu pobre, viveu pobre e anunciou o Reino aos pobres. Mas nunca rejeitou os ricos. Pelo contrário, teve amigos com posses que foram fundamentais para sua missão:

- José de Arimateia, que ofereceu o túmulo novo

Juliette Oliveira

- Nicodemos, que trouxe perfumes caros para o sepultamento
- Mulheres que o seguiam, sustentando a missão com seus bens
- A família de Betânia, que oferecia hospitalidade

Jesus não condena a riqueza em si, mas o apego, a indiferença e a idolatria.

O problema não é ter bens, mas ser escravo deles.

Comunismo, capitalismo e a visão social da Igreja

A Igreja condena o comunismo histórico por sua negação de Deus, supressão da liberdade e visão materialista do ser humano. Ao mesmo tempo, alerta contra os excessos do capitalismo, especialmente quando ele idolatra o lucro, explora o trabalhador e gera desigualdade extrema.

Nenhum dos dois sistemas é “evangélico”.

Ambos podem ser desumanizantes.

O Evangelho julga os sistemas, não se submete a eles.

Entre fidelidade e hipocrisia

A frase “a Igreja sempre teve preferência pelos pobres” é verdadeira quando: promove dignidade, busca justiça, eleva o pobre (não a sua pobreza), nasce de conversão, não de marketing e é vivida no silêncio (não exibida em vitrines).

Mas se torna hipocrisia quando:

- vira slogan
- vira escudo para militância
- vira instrumento de vaidade
- vira máscara para esconder o passado
- vira arma para atacar irmãos

A verdadeira preferência pelos pobres é libertadora, não ideológica.

É evangélica, não partidária.

É humilde, não exibicionista.

É Cristo, não marketing.

E aqui vai o alerta que não pode ser ignorado:

Nem todo religioso que fala dos pobres serve a Cristo.

Juliette Oliveira

Nem todo pregador que se emociona no altar está em comunhão com o Evangelho.

Nem todo líder que se diz profeta é, de fato, porta-voz de Deus.

Há falsos profetas — e alguns estão dentro da Igreja.

Falam bonito, gesticulam com paixão, citam os pobres como escudo, mas não vivem o que pregam.

Usam a fé como disfarce, o altar como palco, e o povo como massa de manobra.

Por isso, é preciso discernimento.

É preciso coragem.

É preciso lucidez espiritual.

Porque o Evangelho não é teatro.

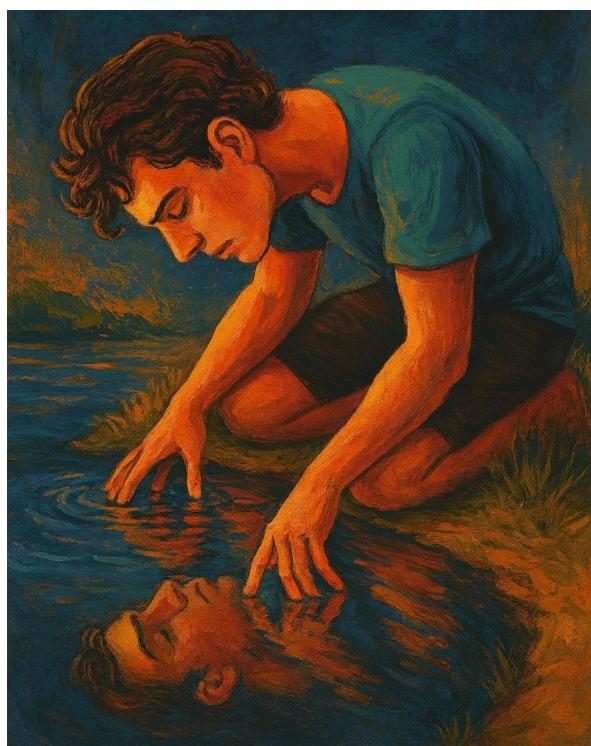
E a caridade não é espetáculo.

Cristo não veio para ser usado.

Veio para ser seguido.

Neste Natal, que o verdadeiro Jesus esteja presente em nossas vidas!

Leia ao artigo: [O Narcisismo como Fenômeno Social e Pecado Espiritual](#)



Mauricio Motta

Só mais um bate-papo na sala dos professores



Chegamos ao final de mais um ano. Para nós, professores que lutamos em sala de aula para construir um país em que “fascismo” não seja um xingamento vazio e a democracia não seja um conceito feito de massa de modelar, o fim do período letivo não foi dos mais animadores.

Poucas semanas antes do último conselho de classe de 2025, um decreto do governador Cláudio Castro — Decreto nº 49.994/2025 —, com validade de três anos, transformou nossos esforços em uma verdadeira luta de Davi contra Golias, mas sem a funda. Alunos da 1^a e da 2^a série do Ensino Médio poderão avançar de ano mesmo que tenham sido reprovados em até seis disciplinas, e os da 3^a série têm o limite de três.

Ainda assim, diante de notícias tão ruins, era necessário comparecer à unidade escolar e cumprir a sagrada missão do magistério. Era para ser apenas mais uma noite de aulas em uma escola pública qualquer do estado do Rio de Janeiro. Era só mais um momento entre aulas na sala dos professores. Era mais um bate-papo típico, cheio de quase-nadas para encher o tempo, até que uma colega resmunga sobre uma consulta médica qualquer e sobre um assunto puxado pelo seu médico. Ele, ao descobrir a profissão de sua nova paciente, diz tentando fazer graça: “a maioria dos professores são comunistas, não é?”. Profundamente incomodada, ela aceita o diálogo e prossegue fazendo perguntas que são respondidas pelo médico, entremeadas por uma receita, um carimbo, um rabisco. Ao narrar o diálogo, ela cita perguntas aparentemente inocentes, mas carregadas de intenção:

- “Onde existe socialismo no mundo? Afinal, até a China, que é usada como exemplo, é capitalista.”
- “O que é mais-valia?”

Segundo ela, todas as respostas dadas pelo médico definiam mais o capitalismo do que o socialismo. Seu ponto mais impactante residia na pergunta sobre a existência ou não do socialismo na atualidade. À primeira vista, a questão parece perspicaz. No entanto, revela mais sobre a limitação do

Mauricio Motta

raciocínio de minha colega de profissão do que sobre a realidade histórica. O que está embutido nesse questionamento é a ideia capciosa de que, se o socialismo não existe de fato, todos os problemas sociais e humanos só podem ser fruto do capitalismo. Trata-se, na verdade, de uma expressão clara do efeito Dunning-Kruger: confiança exagerada em um entendimento superficial, incapaz de enxergar a complexidade dos sistemas econômicos e políticos. Mas como entender a raiz da irritação da nossa professora anônima?

O que ocorre de fato, é que hoje não existe nenhum país que seja socialista no sentido puro, como Marx descreveu. Alguns Estados, como China, Cuba, Vietnã, Laos e Coreia do Norte, se dizem socialistas, mas todos incorporaram elementos capitalistas, em especial a China e o Vietnã. Já países da Europa do Norte são capitalistas, mas aplicam políticas social-democratas, que também vêm do socialismo. Ou seja: não existe socialismo puro em prática hoje, mas sim diferentes misturas e interpretações.

Assim como não existe socialismo puro no mundo, também não existe capitalismo puro. Mesmo os países mais liberais, como Estados Unidos, Hong Kong ou Cingapura, mantêm algum nível de intervenção do Estado, impostos e políticas sociais. O capitalismo, na prática, sempre tem vindo em versões mistas.

Ao longo da história, com a exceção da extinta URSS, torna-se evidente que nem o socialismo, nem o capitalismo existem em estado “puro”. Ambos se manifestam historicamente em formas híbridas, que combinam elementos de mercado e de Estado, de iniciativa privada e de políticas sociais. Reconhecer isso não é enfraquecer a análise, mas torná-la mais próxima da realidade. Para efeito de comparação, será necessário baixar a régua ideológica. Ao descer a régua até o nível do que de fato existe, escapa-se tanto da utopia quanto da caricatura ideológica.

No caso do socialismo, Marx sonhou com a superação das classes e a justa distribuição da riqueza. Contudo, como sabemos, a produção de riqueza não surge do nada: exige trabalho, conhecimento, capital, infraestrutura e risco. A ideia de que “se o trabalhador tudo produz, a ele tudo pertence” soa mais como sofisma do que como ciência social. A prática socialista, em seus experimentos históricos, esbarrou justamente nesse ponto: a dificuldade de alinhar interesses coletivos a motivações individuais, frequentemente recorrendo à coerção estatal para suprir a falha.

O paralelo com o nazismo aparece aqui como algo interessante: ambos os sistemas, em nome de um suposto bem maior, esmagaram individualidades. O nazismo pela raça, o socialismo pelo Estado. A consequência foi a mesma: o colapso moral e político. No quesito coerção estatal, a diferença é apenas a bandeira.

Mauricio Motta

Diante dessa realidade, o discurso de muitos defensores do socialismo, assim como minha colega, vem mantendo contornos de autoengano. Ao dizer que “o verdadeiro socialismo nunca existiu”, a professora construiu para si uma mentira piedosa, que lhe permite manter o ideal limpo das manchas históricas sem precisar assumir os ônus da prática. Vive no capitalismo (ainda que híbrido), respira dele, beneficia-se dele, mas conserva para si a ilusão de que pertence a um campo moral superior. É dissonância cognitiva, sim, mas também algo além: uma forma de virtude sinalizada, de idealismo inconsequente que custa pouco a quem o proclama.

Pessoas assim não formam um grupo coeso, arriscaria distinguir três perfis de socialistas:

1. Os que sabem o que é o socialismo e querem continuar a se beneficiar dele agora, ou quem sabe no futuro.
2. Os que acham que sabem o que é o socialismo e esperam um dia se beneficiar.
3. Os que não sabem o que é o socialismo, e não se importam em saber, pois já se beneficiam de alguma de suas políticas e não querem que este cenário mude.

Nos três casos, a doutrina coletivista se apoia em indivíduos movidos por interesses próprios. O socialismo, em sua retórica, é coletivo; em sua prática, é um mosaico de motivações pessoais.

E é aqui que se abre a conclusão moral. Mais coerente é o homem ou a mulher que aceita viver no capitalismo, com sua lógica de competição, desigualdade e complexidade. Que entende que a vida humana é terrena não é justa, nunca foi ou será, mas que pode no limite de suas forças, aliviar dores alheias sem a ilusão de ser o redentor do mundo. Que exerce o individualismo sem se tornar egoísta, e que reconhece a desigualdade como parte inseparável da existência humana. Essa pessoa, consciente de suas limitações e de sua liberdade, é a antítese do hipócrita: não precisa se esconder atrás de utopias inalcançáveis nem de discursos morais que não sustenta na prática.

Em última análise, o socialismo fracassa porque tenta transformar o homem em algo que ele não é: um ser desprovido de interesses próprios. O capitalismo, por sua vez, funciona porque parte justamente daquilo que o homem é — competitivo, imperfeito, desigual — mas capaz, ainda assim, de gestos de humanidade. A professora militante, ao se refugiar na mentira piedosa do “socialismo inexistente”, perde essa verdade fundamental: não há sistema que nos salve de nós mesmos, mas há a possibilidade de viver sem hipocrisia.

Esta história é baseada em fatos. Não houve réplica, tréplica ou discussão: apenas o testemunho daquele relato. De que adiantaria retrucar? O ambiente escolar já está demasiado poluído por vieses ideológicos; haveria mais animosidade e mais perda de energia, sem um fim concreto. Como já dissemos em outro artigo, nossos maiores problemas não estão resumidos à militância no ambiente escolar, pois agora temos também um decreto que se soma aos muitos pântanos da educação.

Mauricio Motta

Que venha 2026, e quem sabe nossos colegas possam compreender a frase atribuída ao humorista americano Groucho Marx: “Afinal, você vai acreditar em mim ou nos seus próprios olhos?”.

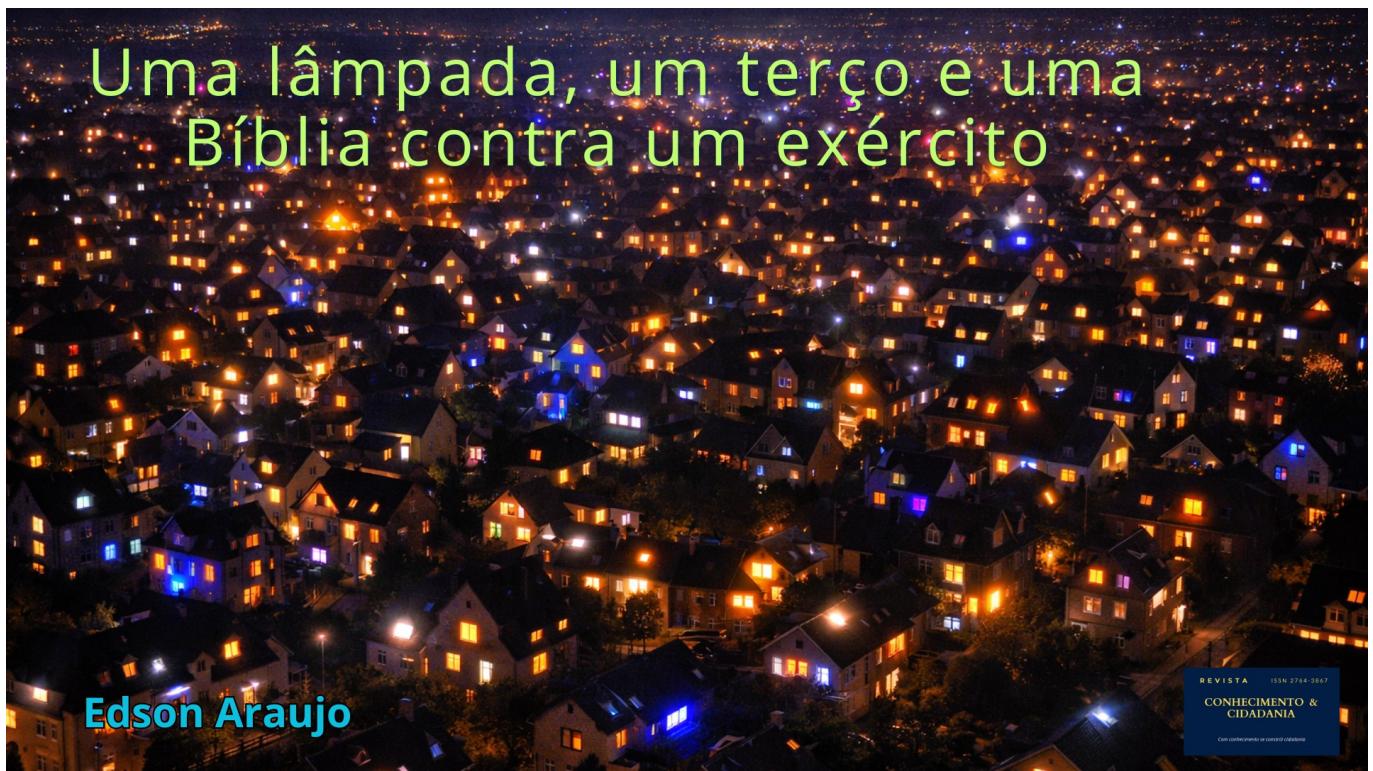
A todos nós desejamos um ano de 2026 cheio de esperança em dias melhores!

Leia o artigo: [O Estado democrático tropical brasileiro](#)



Edson Araujo

Uma lâmpada, um terço e uma bíblia contra um exército



Em 1980 a Polônia era dominada pela política comunista que tomara o país em todas as esferas criminalizando tudo o que ameaçava o partido. Qualquer notícia, música, programas de TV e rádio, jornais, o ensino escolar, as empresas, as conversas familiares e sociais, enfim, absolutamente tudo era controlado com mão de ferro.

Em meio a toda essa turbulência, algumas pessoas sentiram-se impedidas a fazer algo; não podiam ficar estáticas a toda aquela crueldade, pois se para eles já estava quase insuportável a situação, o que seria de seus filhos e netos, pois uma tirania tende a crescer quando alimentada pelo comportamento passivo de suas vítimas.

Foi então que uma luz brilhou em meio a escuridão; não só uma, mas uma a uma todas as luzes de Varsóvia brilharam alimentadas pelo desejo de liberdade.

Em uma atitude heroica um casal de físicos, através de um rádio comunicador enviaram uma mensagem que foi o ponto de partida para a mudança que a Polônia tanto precisava.

Escondidos em seu apartamento eles tinham apenas 8 minutos para enviar uma mensagem e mostrar que as pessoas não estavam sozinhas e assim despertar o desejo de liberdade em todos que alcançassem, embora não soubessem se daria certo.

Zbigniew e Sophia Romaszewski eram um casal comum, mas com uma coragem incomum.

Edson Araujo

Assinada a lei marcial, eles começaram a ver pessoas sendo presas por crime de opinião, entre outros crimes inventados pelo partido, foi então que tomaram uma decisão: A verdade precisa ser exposta!

Em segredo, do telhado de sua casa eles começaram a transmitir um sinal de rádio que denominaram, rádio solidariedade; por ela eles transmitiam notícias “ilegais” que denunciavam todas as atrocidades que eram cometidas e que jamais se saberia por outro meio de comunicação, pois eram todos controlados.

A cada semana mudavam de esconderijo para não serem pegos pelo regime eles alimentavam por 8 minutos a esperança do povo polonês.

A reação do regime foi brutal mobilizando toda máquina para apanhar os responsáveis e puni-los com uma execução pública.

Em uma determinada noite Sophia em um gesto arriscado mandou a seguinte mensagem: “Se você está nos ouvindo pisque as luzes de sua casa”.

A final eles não sabiam se estavam tendo o sucesso que pretendiam.

Foi então que perceberam o tamanho do movimento que estava acontecendo.

Quando foram para a janela, viram a imagem que mudaria completamente a história daquele país.

Durante horas milhares de luzes piscaram por toda a Varsóvia; o ato ficou conhecido como, as luzes piscantes de Varsóvia.

O fato chamou atenção do regime, mas também alimentou a chama da liberdade, pois desde então o povo sabia que não estavam sozinhos.

Por fim, três meses depois, o casal foi finalmente preso, mas algo já havia mudado para sempre naquele povo.

Surge então o movimento solidariedade que entre outros menores que agiam também às escondidas, crescia contra a vontade do regime e já não podiam controlar o movimento, pois o povo agora era guiado por uma virtude humana e quanto a isso, nada podiam fazer.

Esses movimentos foram responsáveis a partir do movimento Solidariedade, os responsáveis pela queda do regime comunista na Polônia, que é até hoje um símbolo de liberdade na Europa.

Em 1982 Sophia e Zbigniew foram executados pelo partido, mas o povo já havia despertado.

Vale lembrar que à época o Papa João Paulo II apoiou totalmente o movimento, o que favoreceu a consolidação do movimento pela liberdade.

Este texto histórico, não é sobre a Polônia, mas sobre qualquer povo que queira resgatar sua liberdade (se é que a perderam).

Edson Araujo

Seja como for, fica a lição de que o povo, é só o povo pode lutar por si, e depois sim, receber os apoios que tanto necessitam.

Sophia e Zbigniew, usaram o que tinham e venceram um dos regimes mais tirânicos da história com, comunhão, fé e sem mera coincidência, uma Bíblia e um terço nas mãos.

Que Deus abençoe nossa jornada!

Um 2026 de “muita luz” a todos nós.

Leia o artigo: [Teofrasto e os caracteres](#)



Danielly Jesus

Getsêmani**A prensa que nos traz a paz**

No silêncio profundo do Getsêmani, à sombra de oliveiras antigas, Nossa Senhor Jesus Cristo viveu um dos momentos mais densos e reveladores de toda a sua missão. Não havia multidões, não havia milagres públicos, não havia aplausos. Havia apenas a noite, o peso da decisão e uma oração que ecoa até hoje no coração de todos que enfrentam escolhas difíceis.

O Getsemani não é apenas um cenário bíblico. Ele é um lugar espiritual, um ponto de encontro entre a fragilidade humana e a obediência absoluta a Deus. É ali que Jesus, plenamente humano e plenamente divino, revela que a fé verdadeira revela a confiança.

Após a Última Ceia, Jesus se retira para o jardim com seus discípulos. Ele sabe o que está por vir. A traição já está em curso, a prisão se aproxima, a cruz é inevitável. Diferente do que muitos imaginam, o Senhor Jesus não enfrenta esse momento com frieza ou indiferença. O texto bíblico deixa claro: sua alma está angustiada, profundamente triste, tomada por um sofrimento interior intenso.

Jesus sente o peso do abandono, o impacto da dor física e espiritual que se aproxima. No Getsêmani, Ele conhece o sofrimento humano por dentro.

Enquanto Ele ora, os discípulos dormem. Esse detalhe, aparentemente simples, carrega um simbolismo poderoso: nos momentos mais decisivos da vida, muitas vezes estamos sozinhos. Nem

Danielly Jesus

sempre aqueles que amamos conseguem vigiar conosco. Nem sempre são capazes de compreender a profundidade da nossa luta interior.

A oração de Jesus no Getsemani é uma das mais sinceras e profundas de toda a Escritura: “*Pai, se possível, afasta de mim este cálice*” (Mateus 26.39).

Mas, a prece não termina no pedido. Ela culmina na entrega:

“*Contudo, não se faça a minha vontade, mas a tua.*”

Essa frase não é conformismo. É confiança radical. Jesus não diz isso porque não sente dor, mas porque confia plenamente no Pai. Ele sabe que a vontade de Deus, ainda que dolorosa no presente, produz vida, redenção e sentido eterno, como está escrito:

“*Ele verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e ficará satisfeito*” (Isaias 53.11)

No Getsêmani, Jesus sacrifica sua vontade humana não por obrigação, mas por amor. Ele escolhe obedecer porque sabe que sua obediência abrirá caminho para a salvação de muitos. É aqui que compreendemos que a vontade de Deus não é arbitrária; ela nasce do amor e conduz ao amor.

“*Eis aqui estou para fazer, ó Deus, a tua vontade*” (Hebreus 10.9b)

O nome Getsêmani significa “*lagar de azeite*”. No lagar, a azeitona é esmagada para que o azeite seja extraído. Esse detalhe não é apenas histórico, mas profundamente espiritual.

No jardim, Jesus é pressionado ao máximo. O peso da missão, o sofrimento iminente, a solidão e a dor se encontram. Mas é justamente nesse esmagamento que se revela a essência do amor divino.

Assim também acontece conosco. Muitas vezes, é nos momentos de maior pressão que nossa fé é purificada, nossos valores são revelados e nosso caráter é moldado. O Getsêmani nos ensina que Deus não desperdiça a dor. Ele a transforma.

Todos nós, em algum momento da vida, passamos pelo nosso próprio Getsêmani. São decisões difíceis, caminhos que exigem renúncia, situações em que a vontade pessoal entra em conflito com aquilo que sabemos ser correto.

Nesses momentos, o Getsêmani nos ensina que submeter a vontade a Deus não é perder identidade, mas encontrar propósito. A entrega não nos diminui; ela nos alinha com algo maior do que nós mesmos.

Há uma mudança silenciosa após a oração no Getsêmani. Jesus se levanta fortalecido. A situação externa não mudou — a prisão ainda acontecerá —, mas algo mudou dentro Dele. A oração não removeu o cálice, mas trouxe paz para bebê-lo.

Isso nos ensina que a verdadeira paz não vem da ausência de problemas, mas da certeza de que estamos caminhando dentro da vontade de Deus. Quando entregamos o controle, deixamos de lutar contra o inevitável e passamos a confiar naquele que conduz todas as coisas.

Danielly Jesus

O Getsêmani não é o fim da história. Ele é a porta estreita que conduz à cruz. E a cruz, por sua vez, não é o ponto final — ela aponta para a ressurreição.

Se Jesus tivesse recuado no Getsêmani, não haveria cruz. Sem cruz, não haveria redenção. E sem redenção, a esperança estaria perdida. É por isso que esse jardim silencioso se torna um dos lugares mais decisivos da fé cristã.

O Getsêmani nos lembra que a obediência precede o milagre, que a entrega antecede a vitória e que, mesmo quando tudo parece escuro, Deus está agindo.

O Getsemani continua acontecendo todos os dias, no íntimo de cada pessoa que decide confiar em Deus acima dos próprios desejos. Ele nos convida a ajoelhar o coração, a sermos honestos em oração e a dizer, mesmo com lágrimas: “*Pai, seja feita a tua vontade*”.

Porque, assim como naquela noite silenciosa, depois do Getsêmani, sempre há ressurreição. Talvez não do jeito que imaginamos, mas exatamente da forma que precisamos.

Leia o artigo: [Minha skin antifeminista](#)



Wagner de Souza

IIIº Colóquio Olavo de Carvalho

O Jardim das Aflições – 30 anos

Das Aflições do PT às Delícias do MASP



Pouco mais de trinta anos atrás, ao deixar o auditório do MASP (Museu de Arte de São Paulo) “*em estado de estupor, sem crer no que acabara de presenciar*”, o professor Olavo de Carvalho trazia consigo o embrião daquilo que em 1995 veria a luz sob o título de “*O Jardim das Aflições – De Epicuro à Ressurreição de César: Ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil*”. Assistira, o prof. Olavo de Carvalho, como todos o sabemos, à conferência de José Américo Motta Pessanha, “*As Delícias do Jardim: a Ética de Epicuro*”¹. Esta conferência era parte integrante do Ciclo sobre Ética promovido, no MASP, pela Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, à frente da qual estava, naquele tempo, a famigerada Marilena Chauí que, em 1988, com Paulo Freire (e, em seguida, Mario Sérgio Cortella), Hélio

¹Conforme assinalado em *O Jardim das Aflições*, o prof. Olavo de Carvalho assistira à conferência de Motta Pessanha em maio de 1990. Não pudemos, nas coleções de periódicos da hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, encontrar referências a este evento na data apontada por Olavo de Carvalho.

Wagner de Souza

Bicudo, Eduardo Jorge, entre outros, compunham o secretariado da vitoriosa campanha petista pela eleição de Luiza Erundina à prefeitura de São Paulo.

O instante originário em que se fecunda o gérmen de *O Jardim das Aflições*, portanto, é o que se segue imediatamente ao do triunfo eleitoral do PT na maior metrópole brasileira e que a consagrará como laboratório privilegiado no qual se destilará, entre inúmeras outras, aquela toxina de que falava Olavo de Carvalho e que, inoculada desde as conferências do MASP, se lhe afigurava um “...entorpecente, que entrava pelos ouvidos da platéia, envenenava os cérebros, movia o eixo dos globos oculares, fazendo ver tudo diferente do que era, num giro louco da tela do mundo”.

Aquela toxina já se vinha filtrando nas retortas ideológicas do PT desde que o partido fôra confrontado com o amargo descalabro eleitoral de 1982. Recordemos brevemente o malfadado curso dos acontecimentos que escarmentaram as pretensões eleitorais do PT e que, provando-o contra a realidade política do país, culminaram, mais tarde, nas conferências do MASP.

As Eleições Gerais para senador, deputado federal, e governador, em 1982, revelaram que as aspirações de implantação nacional do PT eram, então, químéricas. O resultado do pleito terminou com o fracasso do partido que só pode eleger 8 cadeiras para deputado federal: uma em Minas Gerais, outra no Rio de Janeiro e 6 em São Paulo (entre os quais estavam Eduardo Suplicy e José Genoíno). Fôra um resultado melancólico. Este desastre, ao que parece, e segundo o lemos num esquecido ensaio de Marilena Chauí, “*PT, “Leve e Suave?”*”², no qual procura refletir sobre a crise então aberta e sobre os rumos a seguir, não recebeu da cúpula do partido a atenção que lhe era devida:

“*O fracasso eleitoral nacional do PT, em 1982, não chegou a ser efetivamente trabalhado pelo partido que, lançando-se na Campanha das Diretas-Já, na da Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana e na ajuda para a criação e fortalecimento da CUT, limitou-se a localizar alguns dos problemas surgidos naquelas eleições*”.

Esquivando-se, segundo Chauí, de confrontar as questões internas suscitadas pela derrocada de 1982, o PT, já em 1985, viu-se às voltas com um novo desastre, agora de proporções inda mais catastróficas: nas Eleições Municipais daquele ano, o PT só conseguiu vitória numa única capital, Fortaleza, onde Maria Luíza Fontenelle (que fôra admitida no partido apenas cinco meses antes das eleições e dele expulsa em 1987) foi eleita com 34,4% dos votos. Este desastre confrontou o PT com a perspectiva de sua insignificância política e eventual extinção: “*De fato, tanto o mau desempenho de 1982 quanto o isolamento posterior pareciam indicar que o PT tenderia a desaparecer*”, ponderava a Chauí. E, todavia, não desapareceu. Ao contrário, desde o início de 1986, ano de eleições para deputado federal e senador, vemos por toda parte propalada a notícia desconcertante duma escalada do PT junto à

²*E agora PT?*, 2^a Ed., org., Emir Sader, Editora Brasiliense, 1986.

Wagner de Souza

preferência popular. Em janeiro deste ano, pesquisa conduzida no Distrito Federal pelo Departamento de Sociologia da UnB, não obstante revelar que 58% dos eleitores sequer soubessem que estavam em face de iminentes eleições, apontava para um segundo lugar do PT junto ao eleitorado³.

É neste mesmo ano de 1986 que se publica o mencionado volume de ensaios “*E agora PT?*”, espécie de exame de consciência da vanguarda intelectual do partido em face da crise experimentada e das perspectivas abertas para o futuro. Em face duma e de outra, crise e expectativas, mas também diante da iminência das eleições daquele ano, Chauí pretende estabelecer o PT numa posição política que, dum eventual partido em disputa pela simples *alternância* do poder, o converteria numa organização suscetível de encarnar uma *alternativa* de poder, em relação ao qual as eleições deixariam de ser a “*rotina para o rodízio de cargos no interior do Estado*” para converter-se em titulação periódica duma nova “*forma de existência social que redefine a própria idéia do poder e a do socialismo*”. E, para tanto, lança o convite a uma reflexão que, acolhendo o fracasso da luta armada, a resgata às mãos da crítica liberal ou de direita, para denunciar-lhe como fonte desde a qual, neurotizada, a própria esquerda esquia-se ao dever dum exame honesto de suas pretensões sociais, políticas e culturais. Segundo Marilena Chauí, era forçoso reconhecê-lo, naquela altura, estas pretensões eram tão despóticas e intransigentes quanto as de seus adversários.

“*Autoritárias, dogmáticas e historicamente irresponsáveis, as esquerdas (com raras exceções) nada mais fizeram do que desservir a si próprias, à democracia e à possibilidade do socialismo. Seja por omissão, seja por cegueira e por servidão voluntária, a maior parte das esquerdas brasileiras (e não só elas) recusa admitir a existência gritante do fenômeno totalitário*”

Chauí conclui que esta incapacidade da esquerda de confessar seu próprio autoritarismo decorre mesmo de suas premissas teóricas, as famigeradas “*leis objetivas do desenvolvimento histórico*”, pelas quais o triunfo do socialismo decorre inelutavelmente do desenvolvimento do capitalismo, e cujo conhecimento concede-lhes a custódia indisputável do destino histórico das massas. Daí decorre também, segundo Chauí, a recusa mesma da democracia.

Com efeito, Chauí define a democracia como resultado dos conflitos inerentes à vida sócio-política, como efeito duma atividade social litigiosa que tem em si mesma seu fundamento e duma reflexão que dela decorre imediatamente, sempre em benefício duma ampliação crescente dos direitos e liberdades civis contra a permanente ameaça do autoritarismo. Vale observar, entretanto, que os conflitos que ordenam a vida social e política mencionados pela autora são precisamente sinônimos das lutas de classes, no mais dogmático sentido da expressão.

Assim definida, a democracia nem pode ser vista como efeito ou expressão política do liberalismo

³Correio Brasiliense (DF), 12 jan. 1986, p. 4; *ibidem*, 13 jan. 1986, p. 14

Wagner de Souza

burguês, contra o qual freqüentemente se insurge, nem como conseqüência efêmera ou produto descartável do socialismo, cujo destino culmina na ditadura do proletariado. Para ambos, liberalismo burguês e socialismo, a democracia, na definição de Chauí, aparece sempre como pedra de tropeço e, portanto, como subterfúgio para medidas autoritárias que, no primeiro caso, ora dá lugar à repressão, ora ao assistencialismo que o Estado monopoliza em prejuízo da própria burguesia; e, no segundo, ao Terror e à burocracia iluminada e omnipotente, que, no Partido, se carteliza em prejuízo do próprio “povo”.

Confrontadas, então, com o problema deste crescente autoritarismo estatal, às esquerdas, segundo Chauí, se quisessem ultrapassar a crítica burguesa, incumbia o dever de especular, em seus próprios termos, não só a origem do totalitarismo, mas também a gênese duma forma social suscetível de preservar as promessas socialistas sem recair nas tentações totalitárias. E na análise das determinações do fenômeno totalitário, Marilena Chauí lista pelo menos dez aspectos que devem ser elucidados em vista do papel que os partidos de esquerda, em geral, e o PT, em particular, podem cumprir rumo à consolidação duma *alternativa* de poder colocada acima de sua mera *alternância*. E estes dez aspectos, devidamente iluminados por uma nova lucidez crítica, inevitavelmente haviam de revelar: que o contorno místico e totêmico do Estado totalitário repousa numa visão sectária daquilo que constitui um partido político, e que, na sacralização duma burocracia omnisciente, o converte no alicerce duma tirania anunciada, ou ao menos entrevista; e, depois, que o fenômeno totalitário, embora não possa de todo ser dissociado da coletivização da economia, consiste na súbita ou paulatina supressão daquilo que Marilena Chauí denomina “*mediações diferenciadoras entre economia, sociedade, lei, saber e poder*” em benefício da liturgia que celebra a transcendência social e política do Estado em qualquer de suas versões, o caudilho, o comissário, o partido ou o indivíduo.

Elucidadas estas questões, a distinção entre sua crítica liberal, de um lado, e sua análise verdadeiramente socialista, de outro, se impõe: ao passo que para a primeira o fenômeno totalitário, segundo Marilena Chauí, provém necessariamente da “*cidadania sócio- política dos trabalhadores*”, para a segunda, ela não pode resultar senão de sua supressão, isto é, da abolição completa ou parcial desta mesma cidadania. Esta cidadania é concebida por Chauí em termos do “*direto de interferir, participar e decidir livremente sobre a economia, a política, a cultura e as leis*”, em termos do que a autora chama “*socialização do poder*”.

Chauí conclui que a crítica liberal ao totalitarismo é essencialmente falaciosa, porquanto pretende que os regimes autoritários decorram imediatamente do ingresso dos trabalhadores na vida política quando, em verdade, e ela o diz, resulta da ação das vanguardas e das burocracias partidárias e, não raramente, da luta armada; mas também porque em sua crítica ao socialismo confunde-o com aquilo que denomina modelo bolchevique. E é precisamente da imagem deformante que daí decorre que as esquerdas

Wagner de Souza

devem livrar-se. E, para tanto, devem, por um lado, conceber o próprio socialismo para além da visão clássica que dele faz a resultante inelutável das contradições do próprio capitalismo e, por outro, emancipá-lo, de uma vez por todas, da ação política da vanguarda revolucionária.

Era, pois, em face desse dever de reflexão que, segundo Marilena Chauí, em 1986, estava colocado o PT, em particular, e as esquerdas nacionais, em geral.

Ao PT, portanto, cabia deslindar, apartar um do outro, o conceito de “*cidadania dos trabalhadores*” e o de totalitarismo; ao mesmo tempo, cabia-lhe traçar definitivamente uma clara linha de demarcação entre sua visão do socialismo e o dogmatismo das vanguardas revolucionárias das quais era prudente se afastar. Deslindada uma e traçada a outra, o PT, segundo Marilena Chauí, estaria, enfim, em condições de promover um triplo debate: com as demais esquerdas nacionais no âmago mesmo do partido, com aquelas fora dele e, a partir de ambos, com a opinião pública. Os dois primeiros debates visavam a atenuar ou eliminar, por um lado, todo o risco de cisões e dissensões e, por outro, o perigo que então assombrava a esquerda internacional, o dos expurgos purificadores da ortodoxia comunista. O debate com a opinião pública pretendia elevar à categoria de valor certos pressupostos continuamente ameaçados de ambos os lados do espectro político contemporâneo: a submissão à lei enquanto expressão da ampla participação popular em sua elaboração; a garantia contra toda e qualquer espécie de tirania; o reconhecimento da distinção e da reciprocidade dos distintos planos da vida social (político, econômico, cultural, jurídico, etc.) cuja dinâmica e equilíbrio obedece, segundo Chauí, à distância relativa entre as regras efetivamente em curso e as regras possíveis, ou como diz a autora, “*a criação de novos direitos e novas liberdades*”; e, por fim, no seio do próprio socialismo, a necessária diferenciação entre o Estado e a sociedade, obtida pela multiplicação de modalidades de participação, debate, colaboração na vida política, cultural e social.

A PT, enfim, cabia revelar os termos dum debate não sobre as “*estratégias do poder*”, pelas quais este simplesmente transita entre as várias mãos que o disputam e que, não raro, desemboca no totalitarismo, mas sobre a *natureza mesma do poder*, que jamais deve ser confinado ou confundido com sua encarnação histórica no Estado Moderno. E, então, Chauí nos oferece uma das suas definições do poder para uso nos debates futuros da *intelligentsia* petista:

“*O poder é a maneira contraditória pela qual sociedades internamente divididas em classes (cuja origem não é apenas econômica) procuram definir para si mesmas polos de generalidade e de universalidade, as lutas internas definindo e determinando o possível e o impossível, o contingente e o necessário, o justo e o injusto, o legal e o ilegal, o legítimo e o ilegítimo, o proibido e o permitido, as relações com o tempo, com o visível e o invisível, o sagrado e o profano, a tirania e a liberdade*”

É em torno desta perspectiva quanto ao poder que o PT devia formular-se a seguinte pergunta:

Wagner de Souza

“Se a democracia não é deduzida automaticamente do liberalismo e se o socialismo não é deduzido automaticamente do capitalismo, o que há na democracia que somente nela, por ela e com ela, o socialismo se torna pensável e possível porque o poder não se confunde apenas com o exercício da dominação?”

A resposta a esta pergunta terminou por conquistar um contorno mais elaborado, embora não isento de paradoxos, cerca de 5 anos depois, precisamente nas Conferências do MASP, a que assistiu o prof. Olavo de Carvalho e que fecundaram *O Jardim das Aflições*. E, todavia, estas conferências eram a culminação duma iniciativa cujos precedentes remotos podem ser ainda rastreados, e que têm no itinerário intelectual e na atividade militante de Adauto Novaes seu principal corifeu.

Sem pretensão alguma de ser exaustivo, resumamos brevemente alguns destes precedentes.

Novaes, desde 1978 à frente do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Funarte (Fundação Nacional de Artes), ao tempo que era também diretor da sucursal carioca do semanário radical “*Em Tempo*”, já em dezembro de 1979 publicava o volume “*Anos 70 – Música Popular, Literatura e Teatro*”, que reunia 19 ensaios, de distintas personalidades intelectuais e artísticas, dedicados aquilo que Novaes denominou “primeiro processo de reflexão sobre a cultura da década de 70 no Brasil”. Era seu *début* na senda que o levaria até as Conferências do MASP.

Formulando, à sua maneira e num vocabulário homogêneo ao de Marilena Chauí, o método de trabalho empregado no “*processo de reflexão*” que dirigiu os ensaios de “*Anos 70*”, Novaes toma como ponto de partida o reconhecimento de que o empreendimento mesmo padecia duma contradição interna: debruçava-se sobre um objeto, a cultura da década de 1970, nascido sob o signo “*dos limites políticos duma tempestade que continua a inundar consciências e práticas*”.

Aqueles *limites políticos* fazem referência, óbvio, ao Golpe Militar e à censura que dele decorre, ou, nas palavras de Chauí, à sombra do autoritarismo, ao passo que a mencionada “*tempestade*” se refere, naturalmente, ao movimento contracultural por ela desencadeado. Donde, portanto, a permanente tentação que ameaça os ensaios coordenados por Novaes: reduzir-se a um mero comentário tecido em torno do problema da censura. Adauto não arrisca diminuir o valor deste tipo de “*denúncia*”, mas reconhece que isto não basta para assegurar a fecundidade da “*reflexão teórica*”. Esta reflexão, portanto, se pretende ser fecunda, deve desvendar não apenas as relações objetivas entretecidas entre as obras artísticas e a censura, em termos do que nelas foi autoritariamente silenciado, mas, e sobretudo, em termos de sua cumplicidade com a própria repressão, isto é, a celebração, naquelas obras, duma homogeneidade total ou parcial para com o que Adauto denomina “*cultura nacional popular*”, expressão dos “*interesses da burguesia nacional*”, destinada a ocultar uma verdade fundamental: a de que, em virtude da “*unidade orgânica e contraditória de todos os aspectos da cultura*” (o que nos lembra a definição de democracia de Marilena

Wagner de Souza

Chauí), “*a verdade tem caráter de classe*”. E, portanto, a burguesia nacionalista, ao proclamar seu ideal de *cultura nacional popular*, consagra nele sua própria sobrevivência e perpetuação como classe em prejuízo de toda a realidade cultural que nele foi convocada. A análise coordenada por Novaes em “*Anos 70*”, deixou entrever, aqui e ali, um esboço de resistência a este estado de coisas. Essa resistência, todavia, ou não tem um caráter sistemático, rigoroso, ou, quando o tem, manifesta-o sob o signo da conciliação nacionalista, em termo precisamente do populismo burguês da qual é cúmplice.

Em realidade, e recordemos aqui, desbaratada a quimera da luta armada, formalmente extinto o sonho do levante proletário, a consciência revolucionária terminou por transmudar-se em angústia e niilismo. Um tácito anseio por torpor e esquecimento infiltrou-se, paulatinamente, e sobretudo a partir de 1972, em meio à *intelligentsia* brasileira. Foi este estado de espírito que a precipitou, numa verdadeira racionalização freudiana, na fuga desabalada para *Os Jardins de Epicuro*, ou naquilo que no periódico carioca *O Fluminense*⁴ um anônimo articulista denominava *subjetivismo*, onde, nos anos 70, se prodigalizava toda uma verdadeira orgia paradoxal de consumismo, de baixo misticismo, de furor venéreo irreprimível e de transportes psicodélicos. Neste pormenor, anota o prof. Olavo de Carvalho:

“*Nesse quadro, o afluxo de discípulos ao jardim de Epicuro foi um desses casos de evasão generalizada, típicos das épocas de refluxo dos grandes ideais sociais: “A fuga dos intelectuais para a solidão do ermo – escreveu Jakob Burckhardt – é a marca das épocas em que o mundo cai: orbis ruit”*

O diagnóstico de Adauto Novaes, em *Anos 70*, mostrando os riscos que ameaçavam esterilizar a contracultura, assediada pela tentação conciliatória do suposto nacional- populismo burguês, fecundou-lhe o curso dos trabalhos posteriores que dirigiu à frente do Núcleo de Estudos e Pesquisas da Funarte.

Em 1982, foi a vez de “*O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira*”, que reuniu ensaios de acerca de distintos setores da atividade cultural brasileira: cinema, teatro, música, literatura, artes plásticas. Contou também com a participação da própria Marilena Chauí.

Novaes, coordenando o trabalho de diversos autores, volta aqui a refletir sobre as relações contraditórias entre cultura e vida política no Brasil, sublinhando a inércia duma tradição intelectual que, atribuindo unicamente ao Estado o poder de pôr em marcha a História, relega o intelectual à humilhante alternativa de submeter-se a este poder ou recolher-se a uma posição marginal, na qual seu papel na vida social, proscrita pelo Estado, virtualmente não existe.

4 *O Fluminense* (RJ), 6/7 de janeiro de 1980, Caderno “Encontro” p.12: “*Muita gente, parece, não percebeu que “a tempestade” setentista de que fala Adauto Novaes desabou ligada, no plano do subjetivismo (!) teórico, ao velho divã do bem-intencionado (conquanto de boas intenções...) Sigmund Freud, que acabou tornando-se o Otto Hahn da tão decantada Psicanálise. No sentido, em claro e bom som, figurado; tanto mais porque o Avô Torto da Bomba Atômica (o pai: Oppenheimer) partiu do objetivo e Freud do subjetivo. E nada neste mundo, como em outros mundos que possam existir, se assenta no subjetivo. Nem mesmo a arte... é fruto da subjetividade*”

Wagner de Souza

Para aquela tradição intelectual, portanto, ao menos segundo Novaes e seus colaboradores, não há e nem pode haver uma expressão cultural pessoal e autêntica fora dos ditames do discurso oficial, onde deve predominar a platitude duma “*síntese de particularidade e universalidade*”. Concepção, nas palavras de Novaes, francamente delirante, posto que o Estado jamais renunciará à sua pretensão de nume tutelar universal não só da vida social, mas também do próprio indivíduo e, portanto, de sua realização. É no Estado, ao menos idealmente, e jamais fora dele, que qualquer particularidade ou diferença cultural se legitima e pode ter alguma aspiração universal. Novaes vê nisto uma ressurreição do “*Espírito Absoluto*” de Hegel, portanto, daquilo que chama *teologia laicizada*, e arremata: “*Povo e nação tornam-se momentos objetivos ou símbolos duma idéia*”.

No âmago desta tradição cultural, portanto, cada intelectual se vê reduzido à condição de intérprete, preposto da razão de Estado, obtida, segundo Novaes, a partir duma dissociação irremediável entre “*sujeito e objeto, consciência e coisas, representação e fatos, o saber e o fazer*”, a partir da qual se despedaça a vida social e política. É aquela razão de Estado que, portanto, está na origem dos inumeráveis planos de Cultura Nacional Popular, sementeira desde a qual se forjaria, a um só tempo, uma suposta unidade e identidade cultural que, consigo, carrearia a legitimidade do Estado enquanto tal. E é neste ponto que Novaes se permite definir o que entende por nacional-popular:

“*Expressão de um “ideal” sem realidade objetiva que só existe empiricamente enquanto “sentido de discurso”, o nacional-popular é essa unidade que destrói as diferenças culturais e impede a identificação do indivíduo à sua classe, raça e etnia*”

A situação paradoxal em que estavam colocados o próprio Novaes e os intelectuais coordenados em seu projeto não lhe escapava, afinal, o que esperar dum projeto de pesquisas acerca do nacional-popular realizado às expensas do próprio Estado? Como fugir a este embaraço? A resposta dada por Novaes: resistir heroicamente à tentação de definir a cultura nacional-popular nos termos mesmos em que ela se formula. Desde que, pondera Novaes, o nacional-popular só reconhece o *outro* à medida em que pode aboli-lo, reduzindo-o a um símbolo, à expressão duma unidade transcendente que o devora; desde que toda e qualquer identidade cultural autêntica, no mesmo instante em que é convocada a tomar parte e encontrar seu lugar no concerto da cultura, se atenua na homogeneidade do nacional-popular; desde que o *desejo*, substância íntima que anima uma cultura e que nele fecunda “*a música, a paisagem, o cheiro, a cozinha, os sonhos*”, se transvia da realidade em que se origina para gravitar a órbita abstrata da razão dum Estado nacional; desde que se verifiquem coisas como estas, não resta a um trabalho de pesquisa senão renunciar aos termos do próprio discurso acadêmico oficial, ao jargão da própria razão de Estado e da cultura nacional-popular, para dar voz à multiplicidade das identidades culturais, ao *outro* e, neste último, ao *desejo*.

Wagner de Souza

A aparição do *desejo* em sua oposição ao racionalismo da cultura nacional-popular, condicionará, doravante, todo o percurso da reflexão dos projetos coordenados por Adauto Novaes e, em seus inevitáveis desdobramentos teóricos, desembocará nas Conferências do Ciclo de Ética do MASP.

Em julho de 1985, e prolongando-se até dezembro, Novaes empreende, no Salão de Conferências do Palácio da Cultura (atual edifício Palácio Gustavo Capanema) o seu Iº curso livre, *Cultura Brasileira – Tradição/Contradição*. O curso abrangia cerca de 18 temas, e contava com nomes como os de Gerd Bornhein, José Arthur Giannotti, Alfredo Bosi, Roberto Schwarz, Ferreira Goulart, José Miguel Wisnik, a já citada Marilena Chauí e... sim, José Américo Motta Pessanha. Em nota publicada em julho de 1985⁵, Novaes detalhava a ambição que presidia a concepção de seus cursos livres:

“Os cursos livres – que começam com “Cultura Brasileira, Tradição/Contradição” – buscam o conhecimento das diferentes correntes do pensamento contemporâneo, abrindo mais um espaço à interrogação nos domínios da cultura e da arte. Assim, a vontade singular e as múltiplas manifestações culturais poderão ser reveladas, em contraposição às regras de uma razão conservadora”

Não é preciso nenhum esforço para aperceber-se da perfeita continuidade entre as pretensões esboçadas nestes cursos livres e o que já estava em plena gestação desde o pioneiro *Anos 70*. Novaes almejava, com este Iº curso livre, promover uma “reflexão sobre momentos importantes da cultura brasileira, considerada sob dois aspectos: o da continuidade e o da ruptura dessa continuidade”. À medida que o lastro da tradição é pasto para todas as concepções reacionárias, os colaboradores de Novaes, aqui, numa estudada prestidigitação retórica, esforçam-se por encontrar todos os matizes por meio dos quais o conceito pode coincidir com a idéia de ruptura. Tarefa inglória, mas factível, desde que, como pretendiam, se renuncie aos modelos consagrados de reflexão. Esta ruptura, fiel apenas a si mesma, incide indiferentemente sobre o passado e presente. Desde que conveniente, tanto a tradição moderna (e mesmo pós-moderna) quanto a tradição clássica podem ambas ser alternativamente exaltadas ou depreciadas; mesmo seu arremedo, sua contrafação na cultura de massa pode ser vista como apoteose da tradição à medida que faz da originalidade apenas um valor entre outros, sem qualquer privilégio; para José Américo Motta Pessanha, que integrava a trupe dos palestrantes desse Iº Curso Livre, para citar apenas um exemplo, a ruptura cultural exprime o mais alto grau da racionalidade, à medida que é signo duma dessacralização que reduz o intemporal ao temporal, a razão clássica à razão histórica, o racional ao razoável, o apodítico ao retórico, sempre “*aberto e retificável*”. Colocado nestes termos, qualquer conceito de racionalidade, em sua abertura e permanente retificação, termina por confinar com as fronteiras sempre transgressoras e retificadoras do *desejo*, da *paixão*.

Na senda aberta por este Iº Curso Livre, Adauto Novaes, em setembro de 1986, promoveu *Os*

⁵*Jornal do Dia (MT)*, 27 de julho 1985, p.11

Wagner de Souza

Sentidos da Paixão. Como o vimos, foi neste mesmo ano que, no volume “*E agora PT?*”, Marilena Chauí lançava, em face dos reiterados desastres eleitores do PT, um chamado à reflexão acerca daquilo que na, por e com a democracia torna pensável o socialismo para além do autoritarismo. A resposta do Núcleo de Pesquisas da Funarte, que estava em seu encalço desde os fins dos anos 70, resumia-se agora numa singela palavra; a *paixão*.

Estamos a três passos das Conferências do MASP, o primeiro dos quais é dado por este novo curso livre coordenado por Adauto Novaes. Precavendo-se contra qualquer alegação de veleidade intelectual ao debruçar-se sobre este tema, Novaes avança a hipótese de que a paixão não pode ser preterida na afirmação da liberdade. Segundo ele, no modelo clássico do conhecimento só se reconhece ao “*pensamento objetivo*” o papel de sujeito cognitivo, relegando o “*sujeito da paixão*” à condição subalterna de “*fonte de prazer e angústia, alegria e tristeza*”. Era, pois, contra este desprezo por tudo quanto dizia respeito à paixão que seu novo curso se insurgia. E, para fazer frente a esse desprezo, era preciso justificar-se, era preciso, mais uma vez, dar as razões pelas quais um curso livre, patrocinado por um órgão de Estado com dinheiro público, elegera a paixão como tema central.

Segundo Novaes, o interesse pelo tema da paixão assenta ao menos sobre três justificativas:

- 1) O preconceito intelectualista que opõe a razão à paixão esterilizou o próprio trabalho reflexivo numa rotina genérica e banal, que não cessa de destilar um resíduo igualmente tóxico: o irracionalismo, entendido como efeito da hipertrofia do racional. Na raiz desta deformação, segundo o espírito de *Os Sentidos da Paixão*, está a segregação entre o pensamento (ou a idéia) e o corpo, entre a consciência e o inconsciente. Para possibilitar o trabalho do pensamento por meio da paixão, o projeto de Novaes elege Espinoza como nume tutelar, citando-lhe um célebre trecho: “*Nem o corpo pode determinar o espírito a pensar, nem o espírito pode determinar o corpo ao movimento, ao repouso ou a qualquer outra coisa*”. Competia, portanto, ao projeto de Novaes não só a crítica ao intelectualismo, mas a convocação, na história da arte e do pensamento, duma galeria de vultos representativos da paixão suscetíveis de ilustrar esta unidade entre pensamento e paixão, entre o corpo e a idéia e, como já o dissemos, entre a consciência e o inconsciente. Esta opção pela unidade entre razão e paixão, portanto, representa uma grande conquista nos domínios da reflexão, sobretudo da reflexão política, e justifica assim qualquer projeto destinado a promovê-la.
- 2) Segundo Novaes, “*A paixão é o campo das nossas ações cotidianas*” e, em virtude disto, dela temos uma experiência um tanto vaga e nebulosa. A par disso, a inércia da tradição intelectualista, que se transfunde nos meios de comunicação de massa, seqüestra a experiência pessoal da paixão, caracterizada por sua ferocidade em face dos obstáculos e pela própria

Wagner de Souza

existência destes obstáculos, para vertê-la na moldura uniforme e inofensiva dos estereótipos, onde ela se deixa domesticar e etiquetar a preço fixo, única condição para seu acesso. Castradas em sua própria ferocidade em face de obstáculos que já não mais existem fora do sujeito, no horizonte da vida social, as paixões virtualmente desaparecem no indivíduo, desintegrando-o ao deixar-lhe a sós com o encargo de impor-se a si mesmo limites num mundo de onde foram banidos todos os limites. Ora, em face deste mundo e deste indivíduo justifica-se plenamente um projeto como o de Novaes.

- 3) Desde que, em filosofia ou ciência política, estão banidas quaisquer veleidades inspiradas pelo “*sujeito da paixão*”, sob a alegação de que é na história, e somente na racionalidade intrínseca de seu desenvolvimento, que se decidem os destinos humanos, a procura por este mesmo sujeito, em face daquilo que Novaes chama “*a crise dos grandes modelos explicativos e políticos*” se impõe como um “*dado novo*” suscetível de ser objeto de interesse.

A descoberta do “*sujeito da paixão*” no itinerário dos projetos e cursos de Adauto Novaes, percebe-se, deixa-nos nos umbrais das questões éticas que, em breve, hão de conduzir- nos ao Ciclo de Conferências do MASP.

Este périplo, todavia, não pode ser percorrido sem antes considerar que, na unidade entre a consciência e o inconsciente, entre a idéia e a paixão, entre o pensamento e o corpo, estão os sentidos. E é impossível conceber qualquer projeto de domesticação das paixões que, em seu bojo, não encerre também a ambição preliminar de subjugar os sentidos. Novaes nos lembra que, segundo Lévi-Strauss, os sentidos tornaram-se objetos dum “*trágico esquecimento*”⁶: foram relegados, no triunfo do racionalismo moderno, à condição de órgãos das “*qualidades secundárias*” do real, daqueles aspectos que menos ou nada dizem das próprias coisas e mais de nossa própria subjetividade, portanto, de nossas *paixões e desejos*. Com efeito, só aquilo que o intelecto descobre é verdadeiro, sendo tudo o mais, entrevisto pelos sentidos e conformado pelas paixões, contraditório, falso, ilusório.

Sem, portanto, a consideração deste aspecto sensorial, a pretensão de reabilitar *Os Sentidos da Paixão* permaneceria incompleta e fadada ao fracasso. É, então, que, em 1987⁷, ainda à frente do Núcleo de Pesquisas da Funarte, Adauto Novaes abre seu mais recente curso livre: *O Olhar*, segundo dos três passos rumo às Conferências do MASP. A premissa subjacente a todo o curso estabelece que a realidade, em última instância “é o domínio do impreciso, das sombras e das coisas ocultas”, de cuja ambigüidade essencial nos dão conta os sentidos na origem das paixões e do desejo, e contra o qual se ergue o vulto do racionalismo científico na pretensão de inscrevê-lo nos limites duma ordem metodicamente traçada e pré-

6C., Lévi-Strauss, *Mito e significado*, Lisboa, Edições 70, p.18.

7Jornal do Brasil, 28 setembro 1987, Caderno B, p.10

Wagner de Souza

concebida. No domínio ambíguo da realidade, segundo Novaes e seus colaboradores, é o olhar, dentre todos os sentidos, aquele sobre o qual recai os furores da tirania racionalista, sobretudo porque, governado pelas paixões, o olhar “*nos faz adquirir mais conhecimentos, nos faz descobrir mais diferenças*”; porque, exaltado na cultura moderna (a contracultura) o olhar concentra em si “a inteligência e as paixões”. E Novaes conclui, citando Jean Starobinski⁸:

“*Quando conseguimos desvendar os olhos, reconhecemos: “a vontade de delimitar, de geometrizar, de fixar relações estáveis não se impõe sem uma violência suplementar sobre a experiência natural do olhar”*”

Em outras palavras: a verdadeira experiência do olhar redunda na descoberta dum mundo inacessível a uma ordem imposta pela violência quer política, quer intelectual. Donde o objetivo das conferências que integravam o curso *O Olhar*: desvendar o invisível para além do convencionalmente visível, o sensível para além do puramente material. E é neste ponto que, segundo Novaes, a *teoria* se converte em *contemplação*, atribuindo a cada especulação o alcance quase místico duma revelação.

E eis o ponto nevrálgico que, doravante, conformará o debate intelectual deflagrado nas esquerdas nacionais desde os fins dos anos 70: à medida em que a reflexão adquire o caráter dum sacramento, facultando o acesso aos mistérios inacessíveis da realidade e à “*plenitude invisível dum mundo imperfeito*”, como o diria Novaes, o teórico da USP, o “*intelectual orgânico*” converte-se ele mesmo num sacerdote, num pontífice, sem o qual a ordem visível, violentada pelas pretensões dum racionalismo estrito, degenera em tirania, subjugando o desejo e as paixões. É surpreendente ver aqui como estamos no limiar daquilo que o prof. Olavo de Carvalho, em *O Jardim das Aflições*, se esforçou por mostrar como um dos paradoxos mais notáveis das Conferências do MASP, em geral, e daquela pronunciada por Motta Pessanha, em particular: a conciliação imprevista entre evasão místico-filosófico e ativismo político, entre ocultismo e revolução, ou, para usar uma expressão toda sua, entre Nova Era e Revolução Cultural.

Alforriar o olhar da tirania racionalista a fim de que forneça às paixões, ao desejo, a substância dum mundo onde, sublimado pelo próprio desejo e pelas paixões, o percebido, o sensível, é virtualmente idêntico ao cognoscível, à verdade das coisas, é uma operação alquímica que Novaes vai buscar a ninguém menos que Giordano Bruno, num dos muitos livros obscuros que escreveu, *Heróicos Furores* (e que já Epicuro pretendia realizar através de seu *tetrafármaco*). Em realidade, o próprio Adauto Novaes esclarece que é com base em Giordano Bruno e em *Heróicos Furores* que traçou os três passos que o levaram às Conferências do MASP:

“*Assim, seguindo o percurso proposto por Giordano, tivemos Os Sentidos da Paixão e O Olhar. Retomemos a caminhada com O Desejo*”

8 J. Starobinski, *L'oeil vivant*, Paris, Gallimard, 1961, p. 12.

Wagner de Souza

Foi, enfim, em março de 1989, que este terceiro passo rumo às Conferências do MASP foi dado: *O Desejo*. Era a culminação dum programa cujas etapas ninguém melhor que Novaes poderia definir:

“Primeiro foram as paixões – ou a origem e natureza dos sentimentos, os prazeres do corpo, a força, a prudência e as perturbações da alma; depois foi a vez do olhar – uma incursão no mundo da razão e a crítica à evidência imediata e primeira como verdade: através do olhar de sobrevoô, do olhar delirante, dos fantasmas ou espectros, da alucinação, etc., pudemos pensar a constituição do político, da cultura, da arte, do poder... ”⁹

Os horizontes ilimitados que o olhar pode descobrir no real (o conhecimento) e o continente igualmente infinito que as paixões podem nele circunscrever (os sentimentos), enquanto tais, revogam uma ao outro. Invocando a Giordano Bruno, Novaes repete-lhe a conclusão de que duas realidades simetricamente infinitas se neutralizam em sua inesgotável possibilidade. E que, portanto, a realização de uma pressupõe a da outra. Em outras palavras: sem que o olhar se converta em ato de ver, perfazendo-se sobre um objeto, nem o conhecimento que ele delimita, nem a paixão que circunscreve poderiam adquirir alguma consistência real. Giordano Bruno, porém, observa, e Novaes o acompanha, que nenhum objeto finito poderia dar plena satisfação a uma potência infinita, tais como o olhar (conhecimento) e as paixões (sentimento). É preciso que entre estas e as coisas intervenha a transitividade duma terceira potência que transforme, num movimento infinito, a possibilidade do olhar em ato de ver e que, em seguida, neste mesmo ato, transforme a possibilidade do sentir em paixão efetiva. E esta potência é o *desejo*. E Novaes pontifica:

“Foi nesse sentido que muitos pensadores definiram o desejo como a essência do homem, seu sentimento primordial”

Definir o desejo como a essência da natureza humana, converte-o imediatamente no fundamento da própria noção de liberdade, num insolúvel círculo vicioso: sou livre porque o desejo ser, mas só o desejo porque sou livre... Mas sua elevação à condição de fundamento da natureza humana tem pelo menos o mérito de permitir-nos combater não só a repressão, mas também a própria negação do desejo na autenticidade de sua expressão, na posição que deve legitimamente ocupar em nossa vida. Daí decorre que nunca consintamos em barganhar o prazer e a sensualidade pela simples força obscena; que jamais concordemos em permutar a satisfação da liberdade pelo simulacro da democracia e da representação.

Do mesmo modo, é desde o desejo, concebido como essência do homem, que devemos rechaçar todos os esforços modernos que pretendem reduzi-lo a um punhado de experiência estereotipadas, destinadas a substituí-lo na gestão institucional da vida social, reduzindo-o a uma caricatura de si mesmo, como ocorre, por exemplo, nos *mass media*. O traço característico do desejo, recorda Novaes ao citar

⁹*Jornal do Brasil* (RJ) 26/02/1989, Caderno B, p. 4

Wagner de Souza

Léon Robin, é sua insaciabilidade, onde precisamente repousa o fato de que ele não admite uma representação adequada, nem por imagens, nem por palavras. Daí que sua gestão midiática não leve senão ao convencionalismo, à angústia e ao desespero.

E é aqui que Epicuro é chamado a comparecer, preparando seu advento triunfal nas iminente Conferências do MASP. Novaes cita-lhe as palavras:

“Entre os desejos, uns são naturais e necessários, outros naturais e não necessários, e outros nem naturais e nem necessários, são feitos de opiniões vãs”

É, portanto, contra o império dos desejos determinados por vãs opiniões, situados aquém ou além dos limites naturais e necessários, e que degeneram no extravagante, no frivolamente requintado, mas também no delírio e no medo, que é preciso exaltar a virgindade, a pureza do desejo: única via rumo ao supremo bem de Epicuro que não sabia conceber bem se dele fossem afastados “os prazeres do gosto, os prazeres do amor, os prazeres do ouvido e as emoções agradáveis que causam à vista uma bela forma”.

Esta, pois, lançado o convite às Delícias do Jardim...

Bem... como o dissemos, a causa próxima que determinou o aparecimento de *O Jardim das Aflições*, isto é, o ciclo de conferências sobre Ética do MASP e, em especial, a conferência pronunciada por Motta Pessanha, constitui, por assim dizer, a tela desde a qual Olavo de Carvalho empreendeu encontrar a vasta moldura de suas íntimas e inconfessadas motivações: sim, porque é nisto que consiste *O Jardim das Aflições*, um imenso e heróico périplo pela cartografia da história cultural de nossa civilização em demanda das derradeiras fontes a que Pessanha, em particular, e todo o ciclo de conferências do MASP, em geral, recorreu naquela operação teúrgica com que convertia as mais ignóbeis intenções, as mais sórdidas pretensões inconfessas, na mística cándida e intoxicante dum novo credo, que tanto mais fascina quanto menos é compreendido. Porque Pessanha e seus amigos, coordenados por Adauto Novaes, no esforço premeditado de cretinizar seu ouvinte, fixando-o “*num estado de apatetada passividade ante o fluxo de sugestões*”, hipnotizando-o de modo a “*arrastá-lo delicadamente pela argola do nariz até uma conclusão que ele já não estaria mais em condições de julgar e à qual se curvaria com um sorriso de felicidade idiota e um mugido voluptuoso*”, convocou para isto os “*reforços de eras pretéritas*”, o prof. Olavo, antes de contestá-lo, julgou prudente desvendá-lo, avançando e recuando, em suas investigações, desde a mais longínqua antiguidade até a ribalta da política contemporânea. E eis aí o périplo em que consiste *O Jardim das Aflições* e que, como o disse Olavo, “*constitui duas quintas partes*” de todo o seu conteúdo.

Apenas em 1992, com a súbita consagração da palavra *Ética* no debate público brasileiro, atinou

Wagner de Souza

Olavo de Carvalho com a verdadeira significação das conferências do MASP onde houvera pontificado Pessanha e seus amigos. Em face da clamorosa “*Campanha pela Ética na Política*”, e dos eventos que lhe sucederam e que culminaram na renúncia e impeachment do presidente Fernando Collor de Mello, o prof. Olavo pode ver, em perspectiva, o que de fato presidiu a realização das conferências que se tinham realizado no MASP: tratava-se, como então lhe pareceu, do berço intelectual onde nascera a bombástica “Campanha”, berço que, “*de amplo movimento de conscientização moral, empenhado em desarraigar de nossa mentalidade política alguns vícios seculares, foi estreitando cada vez mais seus objetivos, até concentrá-los num alvo único e imediato: a retirada do sr. Fernando Collor de Mello da Presidência da República*”, em benefício, está bem claro, da ascensão da esquerda que se vinha esboçando desde 1985 e em cujo centro estavam as pretensões hegemônicas do Partido dos Trabalhadores.

Todavia, a desproporção entre o vasto capital intelectual mobilizado nas conferências do MASP, que abrangia fronteiras que iam desde o evasãoismo de Epicuro e os trágicos gregos até as questões éticas suscitadas pelo advento dos modernos *mass-media*, e o tacanho propósito de destituir um mero presidente da República, sugeriu à sagacidade do prof. Olavo de Carvalho que, sob a aparência de tal desproporção, quiçá se ocultasse, em suas palavras, “*um princípio explicativo*” que os abrangesse, um e outro, como signos de causas mais remotas e mais insidiosas, sob a égide das quais se ocultava a verdadeira significação de ambos. E assim se exprime o prof. Olavo: “*Um evento de porte bem modesto pode tornar-se assim elucidativo do movimento maior da história, quando nele se cruzam de maneira identificável as forças que se agitam à superfície do dia e aquelas que vêm, num esgueirar soturno, desde o fundo dos séculos*”. Ao elucidar aquele princípio explicativo, *O Jardim das Aflições*, no afã de revelar o fundo torvo e obscuro que jazia sob as conferências do MASP, termina por patentear, por contraste, todas aquelas idéias e verdades perenes que a aparente frivolidade dos acontecimentos, então, encobria: “*Essas idéias são a origem primeira e a meta do trabalho, que somente pelo valor ou desvalor delas admite ser julgado, e não pela importância muita ou pouca dos fatos, locais e momentâneos, que deram ocasião e pretexto ao seu aparecimento*”; eis a substância derradeira de *O Jardim das Aflições*, a cuja leitura atenta remetemos o ouvinte.

Evento do [Instituto Brasil pela Liberdade](#)

Caderno Variedades

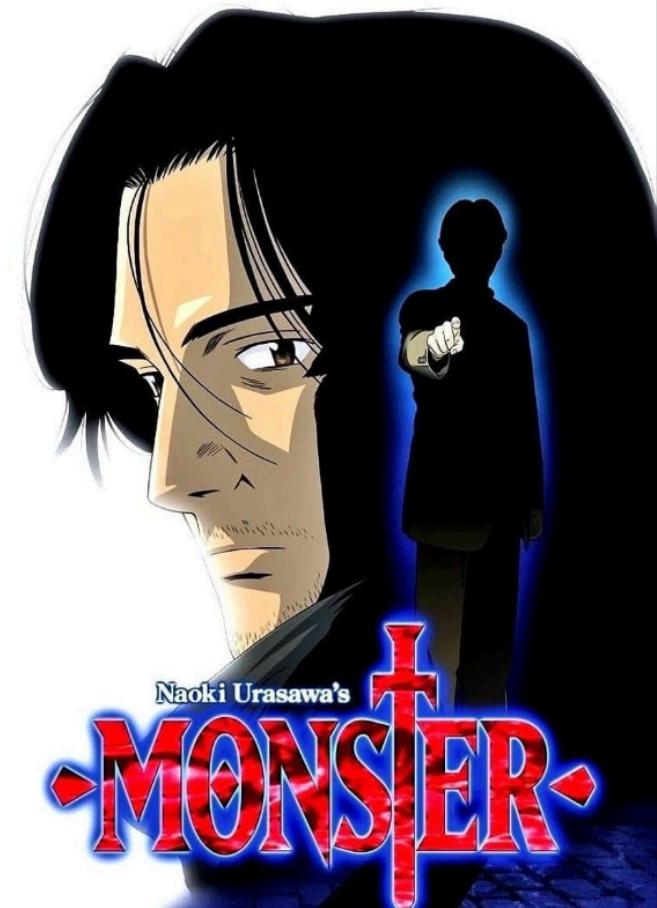


Neste caderno encontrarão sugestões culturais. Dicas de filmes, livros, poemas, música.

Edição realizada por Munique Costa

Dica de Animes

Monster



Sinopse

A historia se passa na Alemanha, tendo inicio em 1986.

Monster aborda a situação político-social da Alemanha daquela época, mesclando temas como experiências nazistas, busca pelo poder, marcas de guerra, unificação alemã e orfanatos misteriosos que realizavam experimentos bizarros.

Disponível na Netflix

SIGA NOSSAS REDES SOCIAIS!

www.revistaconhecimentoecidadania.com



Canal whatsapp Revista Conhecimento & Cidadania



revistaconhecimentocidadania@gmail.com



@revistaconhecimentocidadania



@revistaconhecimentocidadania



@RevConhecimento



<https://www.vakinha.com.br/4961006>



@RevistaConhecimentoCidadania



Revista Conhecimento & Cidadania



R E V I S T A

ISSN 2764-3867

CONHECIMENTO &
CIDADANIA

Com conhecimento se constrói cidadania

